

Informe FUP

21.07.2009

FUP volta a cobrar mudanças na política de terceirização da Petrobrás

Dando continuidade ao processo de negociação permanente com a Petrobrás e subsidiárias, a FUP reúne-se esta semana com a empresa para tratar de questões como terceirização, aposentadoria especial, cumprimento do Acordo Coletivo, regimes de trabalho e AMS. Acompanhe os principais pontos discutidos na Comissão de Terceirização, na reunião desta terça-feira, 21:

Greve na Repar - a FUP criticou o descaso da Petrobrás com as reivindicações dos trabalhadores terceirizados da Repar, que estão em greve há 12 dias. A Federação também condenou as práticas antissindiais da empresa, assim como a truculência e o assédio contra os trabalhadores grevistas. No último dia 16, a CUT Paraná, o Sindipetro-PR/SC e outros cinco sindicatos do estado foram notificados com interditos proibitórios ingressados pela Petrobrás, impondo multas diárias de R\$ 50 mil a cada entidade sindical.

A política do menor preço e o avanço da precarização - outro ponto que voltou a ser questionado pela FUP foi a política de contratação da Petrobrás, baseada no menor preço, critério que aumenta a precarização das condições de trabalho e segurança. A FUP tornou a cobrar a revisão desta política, citando exemplos de regiões, onde os novos contratos, com valores reduzidos, acabaram com conquistas e benefícios dos trabalhadores. A Federação também criticou o fato da Petrobrás manter em suas unidades empresas prestadoras de serviço, que não têm ou descumprem acordos com os trabalhadores. Um dos exemplos citados foi a Schlumberger, empresa que demitiu recentemente 19 trabalhadores em Macaé e que continua há mais de um ano sem acordo coletivo nos estados da Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

Mudanças nos contratos – a FUP apresentou à Petrobrás propostas de redação de cláusulas para serem inseridas nos contratos da empresa com as prestadoras de serviço, garantindo condições dignas de trabalho, saúde, segurança e salários aos terceirizados. A proposta apresentada tem como base reivindicações que foram aprovadas pela categoria no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Terceirizados e referendadas na I PlenaFUP. Há quase dois anos, a FUP vem cobrando uma resposta da Petrobrás sobre a pauta de reivindicações específica dos terceirizados, ressaltando a necessidade de uma ação contundente da empresa junto às contratadas para garantir o atendimento dos pleitos destes trabalhadores. Na última reunião da Comissão de Terceirização, ocorrida no final de maio, a empresa cobrou que a FUP apresentasse uma proposta de redação de cláusula para cada ponto reivindicado.

Próximas reuniões de negociação com a Petrobrás

- Comissão de Acompanhamento do ACT – 22/07
- Comissão de Regime de Trabalho – 23/07
- Comissão de AMS – 24/07
- Negociação com a TBG: cláusulas Petros e AMS – 13/08

FUP convoca Conselho Deliberativo para o dia 29 de julho, no Rio de Janeiro

A FUP convocou reunião do seu Conselho Deliberativo para o próximo dia 29, no Rio de Janeiro, onde serão discutidas com os sindicatos questões referentes à campanha “O petróleo tem que ser nosso”, como as deliberações recentes e os atos em defesa de uma nova lei do petróleo e da Petrobrás 100% estatal e pública. O Conselho também avaliará as perspectivas em relação ao projeto do governo federal sobre as reservas do pré-sal, assim como os próximos passos da luta em defesa de uma nova lei do petróleo e os encaminhamentos em relação à campanha reivindicatória da categoria petroleira.

Fruto dos debates e propostas apresentadas pela FUP, o tema petróleo e soberania tem se incorporado cada vez mais às agendas dos movimentos sociais e das demais categorias. Exemplo disso foi a UNE, que, atendendo à sugestão da Federação, incluiu na pauta dos principais debates de seu 51º Congresso a importância de uma nova lei para garantir ao Estado brasileiro o controle sobre as reservas de petróleo e sua destinação social.

Seminário da FUP é adiado

Em função do Conselho Deliberativo, o seminário da FUP de planejamento das campanhas reivindicatórias, que estava programado para os dias 27, 28 e 29 de julho, foi adiado para os dias 30 e 31 de julho e 01 de agosto.

Direção Colegiada da FUP